

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros:** novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Paulo e São Luís. São Luís: EDUFMA, 2003, 239 p.

Edgard de Assis Carvalho\*

A defesa do patrimônio histórico-cultural brasileiro é cercada por paradoxos e ambigüidades. Exercida por órgãos e conselhos institucionais nos níveis federal, estadual e municipal – nem sempre sintonizados acerca de conceitos, idéias, teorias e paradigmas – a figura do tombamento permanece como o único recurso cívico capaz de conter a voracidade das demolições, os desatinos do progresso, a pulsão de morte que rege a destruição da memória.

Tomando como referência as cidades de São Luís, monumento da humanidade, e São Paulo, uma babel auto-organizada, Alexandre Corrêa realiza uma pesquisa transcultural de complexos desdobramentos, demonstrando que esforços da sociedade civil, quando conjugados à ação estatal, costumam produzir resultados irreversíveis para a consolidação da identidade cultural. Os resultados do dispositivo tombatório são ainda tímidos, dado o caráter tardio que cercou a criação dos órgãos preservacionistas no Brasil. É conveniente nunca esquecer que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, nasceu apenas em 1937 durante o estado novo.

Pode-se constatar, porém, que o conjunto brasileiro de bens tombados já é bastante expressivo. Mesmo que a equivocada distinção entre bens materiais e imateriais – sem dúvida uma seqüela da dualidade cartesiana natureza e cultura – seja ainda mantida nos dias correntes, terreiros, igrejas, monumentos, florestas, bairros atestam que o *homo sapiens* não é apenas um fabricante de instrumentos, mas um aliciador de expressões universais que jamais serão apagadas da memória da espécie, apesar da unidimensionalidade do progresso e da técnica, assim como da insensibilidade do poder e da política, quaisquer que sejam eles.

Costuma-se dividir a história da preservação no Brasil em duas fases: a heróica, capitaneada por Rodrigo Mello de Andrade Franco e Mário de Andrade, ambos responsáveis pelas primeiras formulações conceituais; a moderna, consolidada a partir da aposentadoria de Rodrigo, em 1967, mais uma vez

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC/SP

em plena ditadura militar, e pela entrada em cena de Aloísio Magalhães no Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional, IPHAN, sigla que permanece até hoje, vinculada ao Ministério da Cultura. A necessidade de se inserir o Brasil numa verdadeira política de civilização faz supor que uma terceira fase, civilizatória, pode ser o horizonte cognitivo e biopolítico a ser ativado pelos guardiões da conservação e da sustentabilidade da cultura.

A Etnologia de emergência, proposta pelo autor como uma “operação humanista de recuperação de saberes, fazeres e dizeres”, situa-se nesse foco analítico e certamente exigirá uma ecoalfabetização de todos os setores sociais. Caso venha a contaminar os órgãos preservacionistas, estatais ou não, poderia projetar o Brasil como um país preocupado consigo mesmo, consciente de que tem algo a dizer e comunicar para o planeta como um todo. Tenho convicção que qualquer indivíduo que se aventure nos árduos caminhos da preservação dos patrimônios bio-culturais deve empenhar-se nessa missão humanista e regeneradora de uma Terra-Pátria que faça juz a esse nome. Esse é o objetivo maior a que Alexandre Fernandes Corrêa se propôs em sua tese de doutorado defendida na PUCSP em 2001, transformada agora num livro instigante e desafiador.